

São Paulo, 07 de fevereiro de 2017.

Ofício JPR 06/2017

Ao Presidente do Diretório Estadual de São Paulo
Partido dos Trabalhadores

Em reunião realizada neste 07 de fevereiro de 2017, a maioria da Bancada do PT na Assembleia Legislativa deliberou por me banir de suas reuniões e atividades.

É urgente que este Diretório, por sua Comissão Executiva, exerça suas atribuições e anule esta deliberação, nos termos do Estatuto do Partido dos Trabalhadores, que estabelece que Bancadas Parlamentares estão subordinadas às deliberações das instâncias partidárias de direção, não tendo atribuições punitivas.

Esclareço que o contexto da deliberação foi o seguinte: durante reunião desta terça-feira (07), duas propostas foram apresentadas sobre o ocorrido em dezembro de 2016 – quando, durante obstrução à votação do Orçamento 2017 e das contas do governo, fui destituído, de forma arbitrária e antirregimental da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento e da atribuição de vice-líder da Minoria após publicamente discordar da orientação da Bancada.

A proposta apresentada pelo deputado José Américo, da qual fui signatário ao lado dos deputados Carlos Neder e Geraldo Cruz, era remeter ao Diretório Estadual a discussão.

A proposta aprovada foi de evitar o debate no Diretório e me impor não apenas a obrigatoriedade da retratação pública como também firmar minha concordância *a priori* e incondicional quanto a qualquer decisão da Bancada – vale lembrar dois episódios em que discordei da Bancada: quando votei contra a aprovação do PL 1133/2015, que destina receita da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural para cobrir o rombo da Previdência Estadual, com prejuízos à Saúde e Educação, e quando votei contra o Projeto de Resolução 9/2015 que instituiu o Núcleo de Avaliação Estratégica (NAE), verdadeiro trem da alegria na Assembleia Legislativa que criou desnecessariamente mais de 100 cargos de livre nomeação.

Sempre estive à disposição deste Diretório para discutir os conflitos que há tempos dividem a Bancada em pelo menos duas posições em relação ao governo Alckmin.

Essa disposição se mantém, e está amparada ainda pela necessidade de discutir, além dessa reorientação de posição política, a transparência dos espaços ocupados internamente pelo PT e o desrespeito com que a mesma maioria que hoje tenta me impor uma censura simplesmente ignorou decisão da Executiva Estadual, quando esta deliberou que a Bancada pedisse o afastamento do presidente da Alesp, Deputado Fernando Capez, além de representação ao Conselho de Ética por ocasião

de seu envolvimento com a Máfia da Merenda.

Minha disposição de discutir é amparada também por temas como demissões arbitrárias, perseguições, assédio moral e contratações às escuras, sem o crivo da Bancada e deste Diretório.

O momento impõe o abandono de práticas que comprometem nossa luta.

Certo de que encontro neste Diretório Estadual o fórum apropriado e democrático para isso, submeto aqui meu pedido.

João Paulo Rillo
Deputado Estadual
Partido dos Trabalhadores